

## INDICES FISCAIS

EXERCÍCIO	2.019
ESFERA DE GOVERNO	MUNICIPAL
PROJETO	ORÇAMENTO ANUAL
FONTE DE PESQUISA DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO	<a href="http://www.bcb.gov.br">www.bcb.gov.br</a> <a href="http://www.debit.com.br/indices">www.debit.com.br/indices</a> cumulados BOLETIM FOCUS FUNDAÇÃO SEADE Diretrizes 2019 - Município de São Paulo
INFLAÇÃO EXERCÍCIO DE 2.015	10,54 %
INFLAÇÃO EXERCÍCIO DE 2.016	6,55 %
INFLAÇÃO EXERCÍCIO DE 2.017	2,95 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.018	4,40 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.019	4,25 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.020	4,00 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.021	4,00 %
MARGEM DE ERRO DA INFLAÇÃO	3% PARA MAIS OU MENOS
PIB ESTADUAL PREVISTO	A fonte SEADE só disponibiliza até 2.014
PIB ESTADUAL REALIZADO	A fonte SEADE só disponibiliza até 2.015
CRESCIMENTO ECONÔMICO	1,5 %

### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA RECEITAS (Artigo 4º - Parágrafo 1º e 2º)

As receitas para o Exercício de 2019 foram estimadas considerando as receitas arrecadadas nos últimos cinco anos e o comportamento da arrecadação até Julho do ano corrente. Então projetamos uma arrecadação de **Receita Tributária Bruta** para 2.019 no montante de **R\$ 17.081.000,00** (dezessete milhões, oitenta e um mil reais), deduzindo a estimativa de **Renúncia de Receita** no montante de **R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais), ficando assim uma **Receita Tributária Líquida aproximada de R\$ 16.781.000,00** (dezesseis milhões e setecentos e oitenta mil reais).

Foram ponderadas as peculiaridades que afetam o desempenho de cada fonte de receita, utilizando-se os principais índices econômicos na elaboração da Lei de Orçamento para o Exercício de 2.019, receitas que resumidamente demonstramos a seguir:

#### Receita Tributária:

- **ISS** – Imposto relacionado com o nível de atividade econômica, porém, observando os exercícios anteriores, há uma variação desequilibrada, ficando difícil estimar tal imposto. Sendo assim, utilizamos a tendência da inflação, e também a expansão do perímetro urbano para os próximos exercícios, melhorando assim a arrecadação.

- ISS 2013 = R\$ 7.837.360,29; (15,98 %)
- ISS 2014 = R\$ 8.041.625,44; (2,61 %)
- ISS 2015 = R\$ 6.542.335,18; (-18,60 %)



- ISS 2016 = R\$ 7.721.522,48; (18,02 %)
- ISS 2017 = R\$ 8.562.146,91; (10,89%);
- ISS PROJETADO 2018 = R\$ 8.800.000,00; (3,0%)
- **ISS PROJETADO 2019 = R\$ 9.100.000,00; (4,0%)**
- ISS PROJETADO 2020 = R\$ 9.600.000,00; (5,0%);
- ISS PROJETADO 2021 = R\$ 10.176.000,00. (6,0%)

- **IPTU** – Quanto ao IPTU foi considerado novamente à previsão de contratação de empresa para novo recadastramento imobiliário no período de 2019 à 2021, alterações do código tributário municipal elevando a alíquota de alguns tipos de serviços, também, continuidade nos critérios de concessão de benefícios/anistia/isenção aos contribuintes causando assim um impacto menor na arrecadação e medidas judiciais mais eficazes na cobrança do imposto. Aumento da quantidade de fiscais para um melhor poder de polícia, implantação do IPTU Progressivo (Lei Municipal Nº 1224/13) entre outros. Dessa forma é razoável estimar a arrecadação do IPTU para 2019, 2020 e 2021, pela média ponderada dos últimos três exercícios:

- IPTU 2013 = R\$ 1.769.385,61; (23,8 %);
- IPTU 2014 = R\$ 1.913.752,16; (8,14 %)
- IPTU 2015 – R\$ 2.100.415,24; (9,75 %)
- IPTU 2016 – R\$ 2.357.769,64; (12,24%)
- IPTU 2017 – R\$ 2.743.394,46; (16,38%);
- IPTU PROJETADO 2018 – R\$ 3.170.000,00; (15,57%)
- **IPTU PROJETADO 2019 – R\$ 3.400.000,00; (10%)**
- IPTU PROJETADO 2020 – R\$ 4.100.000,00; (14%)
- IPTU PROJETADO 2021 – R\$ 4.680.000,00. (14%)

- **Demais Impostos e Taxas** – foram utilizados a média da inflação dos índices IPC (FIPE), IGP-M (FGV), INPC (IBGE) e IPCA (IBGE), mais a pequena projeção de crescimento econômico, ficando em torno de **R\$ 4.281.000,00** (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil reais).

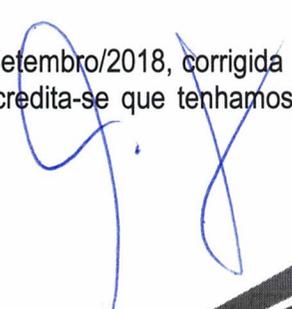
**Receita de Contribuições:** compreende a receita proveniente da CIP – Contribuição de Iluminação Pública. A receita estimada considerou a receita arrecadada no Exercício de 2.017, acrescida da média da inflação, ficando em torno de **R\$ 650.000,00** (seiscentos e cinquenta mil reais).

**Receitas Patrimoniais:** a projeção desse grupo de receitas levou em consideração o período um pouco mais longo em que os recursos ficam aplicados sem utilização, o provável superávit financeiro que ocorrerá em 2018, a celebração de vários convênios, e principalmente a demora do desfecho das licitações ocasionando os recursos ficarem aplicados um tempo maior. A previsão ficou em torno de **R\$ 722.000,00** (setecentos e vinte e dois mil reais) para o Exercício de 2.019.

**Transferências Correntes:** Recursos provenientes do Estado e da União, de natureza constitucional, legal ou voluntária; convênios firmados com Secretarias e Ministérios e ainda Transferências Intergovernamentais como o FUNDEB. Destacam-se neste grupo:

#### **F.P.M. – Fundo de Participação dos Municípios**

Foi estimado em função da arrecadação dos últimos exercícios e o arrecadado até Setembro/2018, corrigida pela taxa de inflação e crescimento econômico do país. Passada a crise econômica, acredita-se que tenhamos um crescimento real médio em torno de 8,0% (por cento).



FPM 2012 – R\$ 13.396.338,24; (2,9%)  
FPM 2013 – R\$ 14.385.099,71; (7,38%)  
FPM 2014 – R\$ 15.409.504,79; (7,1%)  
FPM 2015 – R\$ 16.323.933,19; (5,93 %)  
FPM 2016 – R\$ 18.941.183,26; (16,03 %)  
FPM 2017 – R\$ 18.276.757,73; (-3,5%)  
FPM PROJETADO 2018 – R\$ 20.400.000,00; (11,5%)  
**FPM PROJETADO 2019 – R\$ 21.500.000,00; (6,0%)**  
FPM PROJETADO 2020 – R\$ 23.500.000,00; (7,0%)  
FPM PROJETADO 2021 – R\$ 25.000.000,00. (7%)

### COTA-PARTE DO ICMS:

O ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, teve como parâmetros a arrecadação dos últimos três exercícios e o arrecadado até Setembro/2018, acrescidos da média de inflação e crescimento econômico. Ficando a estimativa de arrecadação para 2019, 2020 e 2021, a saber:

ICMS 2013 – R\$ 24.621.286,95; (4,42%)  
ICMS 2014 – R\$ 25.904.303,60; (5,21%)  
ICMS 2015 – R\$ 31.160.233,90; (20,29 %)  
ICMS 2016 – R\$ 32.243.389,83; (3,5%)  
ICMS 2017 – R\$ 32.324.330,43; (0,3%)  
ICMS PROJETADO 2018 – R\$ 34.000.000,00; (5,0%)  
**ICMS PROJETADO 2019 – R\$ 35.800.000,00; (5,0%)**  
ICMS PROJETADO 2020 – R\$ 37.500.000,00; (5,0%)  
ICMS PROJETADO 2021 – R\$ 39.300.000,00. (5,0%)

### COTA-PARTE IPVA:

Apesar desta fonte de receita ter apresentado uma evolução acima dos índices de inflação, ela é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar sua arrecadação.

Avaliamos o comportamento dos valores arrecadados no último exercício e o arrecadado em 2018, e acreditamos que o período de crise e queda já amenizou. Portanto, há probabilidade de aumento do IPVA para os próximos exercícios.

IPVA 2013 = R\$ 2.057.987,86; (11,4%)  
IPVA 2014 = R\$ 2.440.778,46; (18,62%)  
IPVA 2015 = R\$ 2.747.688,35; (12,58 %)  
IPVA 2016 = R\$ 2.607.181,73; (-5,0%)  
IPVA 2017 = R\$ 2.593.612,270; (-0,5%)  
IPVA PROJETADO 2018 = R\$ 3.000.000,00; (16,0%)  
**IPVA PROJETADO 2019 = R\$ 3.400.000,00; (13,0%)**  
IPVA PROJETADO 2020 = R\$ 3.630.000,00; (10,0%)  
IPVA PROJETADO 2021 = R\$ 3.993.000,00. (10,0%)

### TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS:



As Transferências de Recursos do SUS vêm modestamente aumentando em decorrência de algumas ampliações de serviços básicos, com um melhor faturamento nas ações da saúde e pactuação de novos programas. Para 2.019, 2.020 e 2021, projetamos a evolução dessa receita considerando uma inflação anual de 4% (por cento) ao ano, ficando o montante de **R\$ 4.080.000,00** (quatro milhões e oitenta mil reais) como previsão para 2019.

### TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB:

As transferências de recursos do FUNDEB têm apresentado até 2016 uma evolução decrescente tendo em vista a diminuição de alunos em idade escolar do ensino fundamental. Todavia, com relação aos alunos do ensino infantil há probabilidade de uma melhoria na questão ampliação do atendimento em creche, portanto, estima-se um aumento nos recursos do FUNDEB, a saber:

FUNDEB 2012 – R\$ 10.669.232,12; (0,3%)  
FUNDEB 2013 – R\$ 11.727.318,38; (9,92%)  
FUNDEB 2014 – R\$ 12.105.547,81; (3,22%)  
FUNDEB 2015 – R\$ 12.446.468,80; (2,82 %)  
FUNDEB 2016 – R\$ 12.351.709,53; (-0,6%)  
FUNDEB 2017 – R\$ 13.675.557,49; (10,72%)  
FUNDEB PROJETADO 2018 – R\$ 15.000.000,00; (10,0%)  
**FUNDEB PROJETADO 2019 – R\$ 16.000.000,00; (6,0%)**  
FUNDEB PROJETADO 2020 – R\$ 16.500.000,00 (5,0%)  
FUNDEB PROJETADO 2021 – R\$ 17.400.000,00 (5,0%)

### CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

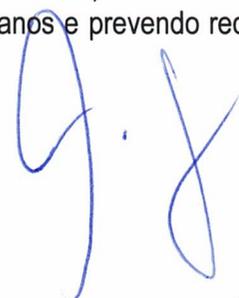
Quanto ao CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, projetamos a receita com base nas arrecadações dos últimos exercícios e também através de consulta no site do DNPM. Observar que a arrecadação caiu no Exercício de 2015 e voltou a cair em 2017, tornando irregular sua arrecadação, prejudicando a estimativa, todavia estamos projetando tal receita apenas aplicando o percentual de inflação na média de 3,5 a 4,5%, segue projeção:

CFEM 2014 – R\$ 2.905.401,12; (11,08 %)  
CFEM 2015 – R\$ 2.354.571,97; (- 19%)  
CFEM 2016 – R\$ 3.287.021,21; (39,63 %)  
CFEM 2017 – R\$ 2.936.451,31; (-10,5%)  
CFEM PROJETADO 2018 – R\$ 3.100.000,00; (5,0%)  
**CFEM PROJETADO 2019 – R\$ 3.300.000,00; (4,0%)**  
CFEM PROJETADO 2020 – R\$ 3.330.000,00; (3,5%)  
CFEM PROJETADO 2021 – R\$ 3.500.000,00. (4,5%)

### OUTRAS RECEITAS CORRENTES:

Devido as alterações no ementário/plano de contas da receita, a dívida ativa, multa se juros passaram a ser classificados juntamente com a receita principal, IPTU, ISS, ITBI no plano contábil 1100.00.0.0.00.00. Ficando, no grupo das outras receitas correntes apenas indenizações, restituições e receitas diversas, tornando difícil sua estimativa, todavia estamos levando em consideração as arrecadações dos últimos anos e prevendo receber em torno de **R\$ 323.000,00** (trezentos e vinte e três mil reais).

### RECEITAS DE CAPITAL:



As receitas de capital com origem em alienação de bens, operações de créditos e convênios, apresentam um comportamento extremamente irregular, não permitindo utilizá-lo como indicativo para projeção. O critério aqui adotado se baseia nas decisões tomadas em reuniões e audiência pública realizada para definir as prioridades e metas que serão incluídas no Orçamento.

Como os recursos originários do Município não são suficientes para atender as prioridades e metas aprovadas, a alternativa é buscar parcerias com o Governo Federal e Estadual através de convênios, contratos de repasse entre outros, vinculando à realização dessas prioridades a efetivação do ingresso desses recursos no Caixa do Tesouro Municipal.

### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA DESPESAS (Artigo 4º - Inciso I, parágrafo 1º e 2º)**

Na projeção das despesas para o triênio 2019 – 2021, considerou inicialmente os gastos que vêm sendo efetuados no exercício corrente, acrescidos de uma inflação em torno de 3,5 a 4,5% (por cento). Também priorizando a manutenção da Administração Municipal, com ênfase na aplicação do ensino e saúde.

Quanto á dívida á longo prazo do Município há inscrito 23 precatórios com valor aproximado de **R\$ 3.100.000,00** (três milhões e cem mil reais), sendo: **R\$ 1.700.000,00** (hum milhão e setecentos mil reais) á ações trabalhistas, o montante de **R\$ 1.336.000,00** (hum milhão, trezentos e trinta e seis mil reais) á outras espécies de precatórios e também equiparação salarial de auxiliar de enfermagem no montante de **R\$ 33.000,00** (trinta e três mil reais) aproximadamente.

Não há conhecimento de outras dívidas á longo prazo até a presente data de elaboração e apresentação do Orçamento para 2019.

Quanto aos investimentos foram respeitadas as ações planejadas no PPA e revistos apenas metas físicas e financeiras. As metas contempladas estão vinculadas ao recebimento de convênios a serem firmados com Governo Federal e Estadual. Caso não se concretize tais receitas os investimentos serão readequados aos próximos anos ou de acordo com a necessidade e modificações apresentadas por cada unidade orçamentária responsável pelas metas e prioridades.

### **MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL ART. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 101/2000**

<b>Especificação</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Precatórios Inscritos e Não Pagos	3.150.000,00	2.000.000,00	1.400.000,00
RPV e Outras Sentenças	350.000,00	400.000,00	400.000,00
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>

#### **NOTA EXPLICATIVA:**

1 – Na questão da Dívida Pública Consolidada, foi apresentado 22 Precatórios no Exercício de 2.018 e permanece 01 dívida por determinação jurídica de equiparação salarial para auxiliar de enfermagem. As demais sentenças judiciais de pequeno valor tiveram como base o pagamento nos exercícios anteriores.

### **MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA E DA DESPESA ART. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 101/2000**



RECEITAS	2019 – R\$	2020 – R\$	2021 – R\$
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>104.000.000,00</b>	<b>107.000.000,00</b>	<b>111.000.000,00</b>
• <b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>112.828.000,00</b>	<b>116.619.000,00</b>	<b>120.109.000,00</b>
Receita Tributária	16.781.000,00	17.585.000,00	18.113.000,00
Receita de Contribuições	650.000,00	780.000,00	803.000,00
Receita Patrimonial	722.000,00	782.000,00	805.000,00
Transferências Correntes	94.352.000,00	97.113.000,00	100.026.000,00
Outras Receitas Correntes	323.000,00	359.000,00	362.000,00
<b>Deduções p/ Form. FUNDEB</b>	<b>- 11.828.000,00</b>	<b>-12.619.000,00</b>	<b>- 12.709.000,00</b>
• <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.600.000,00</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.000.000,00	3.000.000,00	3.600.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>104.000.000,00</b>	<b>107.000.000,00</b>	<b>111.000.000,00</b>
• <b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>93.535.000,00</b>	<b>91.430.000,00</b>	<b>97.143.000,00</b>
Pessoal e Encargos	48.763.000,00	49.700.000,00	50.300.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	44.772.000,00	47.730.000,00	46.843.000,00
• <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.960.000,00</b>	<b>15.570.000,00</b>	<b>13.857.000,00</b>
Investimentos	9.960.000,00	15.050.000,00	13.320.000,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>505.000,00</b>	<b>520.000,00</b>	<b>537.000,00</b>

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ART. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 101/2000**

RECEITAS	2018 – R\$	2019 – R\$	2020 – R\$
+ RECEITAS CORRENTES	101.000.000,00	104.000.000,00	107.400.000,00
+ RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	3.600.000,00
(-) Aplicações Financeiras	722.000,00	782.000,00	805.000,00
(-) Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
<b>I - RECEITAS PRIMÁRIAS (A)</b>	<b>103.278.000,00</b>	<b>106.218.000,00</b>	<b>110.195.000,00</b>
DESPESAS	2018 – R\$	2019 – R\$	2020 – R\$
+ DESPESAS CORRENTES	93.535.000,00	91.430.000,00	97.143.000,00
+ DESPESAS DE CAPITAL	9.960.000,00	15.050.000,00	13.320.000,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DESPESAS (B)</b>	<b>103.495.000,00</b>	<b>106.480.000,00</b>	<b>110.463.000,00</b>
+ RESERVA DE CONTINGÊNCIA (C)	505.000,00	520.000,00	537.000,00
(-) RISCOS FISCAIS	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
<b>II – DESPESAS PRIMÁRIAS (B+C)</b>	<b>101.500.000,00</b>	<b>104.500.000,00</b>	<b>108.500.000,00</b>
<b>III – RESULTADO PRIMÁRIO (I – II)</b>	<b>+ 1.778.000,00</b>	<b>+ 1.718.000,00</b>	<b>+ 1.695.000,00</b>
+ SUPERÁVIT FINANCEIRO (D)	1.778.000,00	1.718.000,00	1.695.000,00

**ANEXO RISCOS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
(LRF, Art. 4º, Parágrafo 3º)

MUNICÍPIO: **CAJATI**

EXERCÍCIO: **2.019**

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor – R\$	Descrição	Valor – R\$
Frustração de Arrecadação e Discrepâncias de Projeções	1.590.000,00	Limitação de Empenho	1.995.000,00
Restituição de Tributos	160.000,00		
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública	150.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir da Reserva de Contingência	505.000,00
Demandas Judiciais	600.000,00		
<b>TOTAL</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.500.000,00</b>

FONTE: Departamento de Finanças e Tributação.

**DETALHAMENTO**

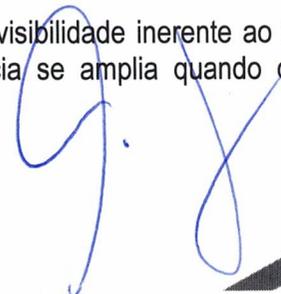
Em conformidade com o que dispõe o Parágrafo 3º, do Artigo 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2.000, este Anexo tem como objetivo a identificação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, bem como as providências a serem tomadas caso estes vierem a se concretizar no decorrer do Exercício Financeiro de 2.019.

Na questão de riscos orçamentários, há possibilidade de frustração na parte de arrecadação, taxa de inflação ou fatos novos e imprevisíveis à época da elaboração da lei orçamentária. Além de divergências entre parâmetros estimados e parâmetros efetivos que poderão ocasionar mudanças econômicas que influenciarão no montante de recursos arrecadados e na execução das despesas. Portanto, e diante deste fato, estimamos o valor de **R\$ 1.590.000,00** (hum milhão, quinhentos e noventa mil reais), como impacto redutivo na arrecadação da receita.

O **Município de Cajati**, já apresentou em outros exercícios, problemas da ordem de enchentes, ventanias, que ocasionaram desmoronamento de encostas e destelhamento de casas da zona rural e urbana c/ famílias desabrigadas, havendo assim, a necessidade de apoio às famílias, contratação de máquinas e outros equipamentos, serviços e materiais de higiene e limpeza, para regularização da situação. E também, nas ações da saúde no caso de Epidemias, entre outros que ocasionem soluções e gastos imediatos. Neste sentido estamos reservando o valor de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais).

Quanto às condenações, desapropriações, multas e acordos judiciais, estão previstos no planejamento despesas c/ precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor – RPV informadas e de conhecimento da Administração Municipal, porém na avaliação de riscos teríamos que considerar em alguns casos estas ações que estão em tramitação ou ainda em fase de julgamento. Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante devido em relação a futuras ou eventuais condenações. Por outro lado não há possibilidade de precisar com clareza quando ocorrerá o término de ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos. Por este motivo estamos provisionando o valor de **R\$ 600.000,00** (seiscentos mil reais) com base nas sentenças judiciais de pequena monta pagas nos exercícios anteriores. No sentido de nos resguardar caso ocorra tal risco.

Quanto aos outros riscos fiscais passivos implícitos, dado o caráter de sua imprevisibilidade inerente ao tipo de risco, é muito difícil identificá-lo ou estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando o setor



financeiro encontra-se em situação de vulnerabilidade, se os sistemas de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.

Estamos reservando o valor de **R\$ 160.000,00** (cento e sessenta mil reais) para devolução de tributos cobrados indevidamente de acordo com processos administrativos em atendimento requerimentos de contribuintes diversos.

As medidas corretivas virão da reserva de contingência de 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, no valor de **R\$ 505.000,00** (quinhentos e cinco mil reais) e também da limitação de empenhos no total de **R\$ 1.995.000.000,00** (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil reais).

**DEMONSTRATIVO IX**

**TERCEIRO SETOR**

ENTIDADE	2.019 – R\$
ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – REC. ESTADUAL	60.000,00
ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – REC. FEDERAL	60.000,00
ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – REC. MUNICIPAL	423.852,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS FEDERAIS – MAC SAÚDE	198.000,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS MUNICIPAIS – EDUCAÇÃO	253.500,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS MUNICIPAIS – SOCIAL	107.250,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS ESTADUAIS	12.000,00
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA PROJETO NOVA GERAÇÃO	220.980,00
<b>TOTAL DE REPASSE PREVISTO</b>	<b>1.335.582,00</b>

Solange Rosa  
CRC Nº 150.493949/0-3  
Diretora do Depto. de Finanças

Departamento de Finanças, 16/01/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

LUCIVAL JOSÉ CORDEIRO  
Prefeito Municipal

RG: 16.168.967-X

CPF: 090.010.278-06